

Sociedade e Política no Brasil pós 64 In. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares e SORJ, Bernardo (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

#### Resumo de Ana Paula Lemos

O Sistema de poder instaurado a partir do golpe de 64 apresenta duas características contraditórias, por um lado 18 anos de continuidade ininterrupta, sistema que se distingue pela durabilidade, que derrubou o presidente João Goulart, por outro lado o fenômeno da mutabilidade. Longe de ter permanecido sempre idêntico a si mesmo, sofreu diversas transfigurações, ora regredindo, ora progredindo. Antes de se antagonizarem, se complementam. Admitindo que o autoritarismo possa ser tratado como uma variável, nunca chegou a atingir os graus extremos de intensidade registrados em outros países capitalistas periféricos (Chile, Argentina). As idas e vindas do regime foram, ademais, facilitadas pelo fato de que nunca se chegou a implementar um conjunto plenamente estruturado de instituições autoritárias, respaldado por uma ideologia inambígua, avessa a compromissos com o credo liberal democrático, mesmo com essas limitações, não impediram o uso de extrema violência e ultrapassaram níveis de prepotência admitidos.

Com efeito, de 64 aos dias de hoje passamos por sucessivos arranjos institucionais, cada qual combinando, em dosagens diferentes, elementos avulsos de autoritarismo, militarismo, corporativismo, liberalismo e democracia. Para ter êxito o golpe de 64 resultou na montagem de uma complexa coalizão, que incluía praticamente todas as facções das classes dominantes (do rural ao parasitário), juntamente com ponderáveis parcelas da pequena burguesia, das profissões liberais, etc. Graças aos sorbonistas que se apresentavam como alternativa real de poder especialmente depois que o governo de Kubitschek consolidou seus suportes materiais ao aprofundar, tornando-o praticamente irreversível, o modelo de desenvolvimento dependente-associado. Credenciando-se como a força política mais qualificada para dirigir a coalizão golpista, o sorbonismo assumiu de fato o controle em 64 integrando o governo presidido pelo Mal. Castello Branco, mas o governo ficou mesmo foi nas mãos dos sorbonistas. A coalizão vitoriosa não era apenas heterogênea: era também contraditória e incapaz de unificar setores dominantes e dominados num projeto policlassista. Este foi um governo que se instalou pela força, com base no poder, outorgava ao Presidente da República direito de revogar e cassar mandatos a seu bel prazer, com Atos Institucionais, suspendia garantias e estabilidades. Decidiu-se manter a constituição de 46, a fim de demonstrar “que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário”, Enquanto instituições. A liberdade de imprensa e os partidos não foram diretamente atingidos, não houve necessidade de inovações legislativas, o calendário eleitoral tampouco foi alterado. Em praticamente todas as áreas de atuação, o governo Castello Branco manteve-se fiel ao que poderíamos chamar de ideal sorbonista: o de promover, via integração institucional, o modelo de civilização realizado pelos países centrais do sistema capitalista.

Os sorbonistas pelos lados, chocavam-se com a linha dura e os nacionalistas de direita: pela frente, esbarravam com a oposição, que crescia a cada dia. Quando começa o mês de dezembro de 64 o pior já parecia ter passado. Apesar dos arranhões, reinava a Constituição de 46 e o governo ainda que desgastado, encontrava-se cavaleiro da situação. Castello Branco valeu-se do tempo que lhe restava para elaborar uma nova constituição,

cujos dispositivos fossem mais ajustados aos requisitos do estado contemporâneo, a consideração do período Castelo Branco é crucial para a análise do regime autoritário no Brasil. No que tange a oposição o ponto a destacar é a sua quase total incompreensão com respeito à natureza da ruptura verificada como movimento de 64. Aos olhos da oposição, o governo militar afigurava-se como uma ditadura pura e simples, cujo apoio inicial fora rapidamente malbaratado. Os homens fazem a história, mas não sabem com exatidão que história fazem. O sorbonismo, tampouco logra escapar ao círculo de giz desse lugar comum filosófico. Escolhido, depois de vencidas as resistências de Costa e Silva, para ocupar a presidência da República. Castelo encontra-se secretamente com Juscelino, em troca de garantias empresta-lhe o apoio solicitado. Porém com o decreto de 8 de junho, é cassado o mandato de Juscelino e aí se esfacela este bloco, sendo que esta não era a vontade de Castelo, que resistiu até o último momento, cedendo sob pressão de seu ministro de Guerra. As eleições presidenciais já haviam se tornado uma miragem.

Em momentos vários Castelo foi obrigado a ceder ante a pressão da linha dura. Na análise corrente, essas são apresentadas como efemérides de uma história específica, como episódio das dissensões militares. “A Revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte”: “a Revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. “Fica bem claro que a Revolução não procura legitimar -se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional... a sua legitimação.”. Castelo perdeu politicamente algumas batalhas, as necessárias para perder a guerra. Com a posse de Costa e Silva um novo presidente, não se inicia apenas um mandato, mas sim uma expansão autoritária, marcado pela seqüela de expurgos, perseguições e arbitrariedades. Juntamente com a transformação do regime, mudara também a estrutura da coalizão dominante. Com a reviravolta de outubro de 65, o sorbonismo entrara em processo de retração para ser finalmente marginalizado pela linha burocrática, pelos duros e especialmente pelos nacionalistas de direita que conquistaram posições de influência junto aos centros governamentais de decisão. Embora os sorbonistas não tivessem sido expelidos na coalizão, a modificação do regime deu lugar à reordenação do bloco no poder, viabilizando a permanência da mesma coalizão, embora com o novo perfil que dava saliência aos adversários da sorbone.

Em termos de regime, o período que então começava caracterizava-se por aquilo que hoje se chama de abertura política. Três dias após a posse do novo presidente, Lacerda reconhecia que as diretrizes traçadas pelos ministros do planejamento e do interior eram de fato as mais apropriadas para o País. Logo depois Kubitschek não escondia sua confiança no restabelecimento das liberdades democráticas, nem sua simpatia pela política externa anunciada pelo governo. Antes do fim do mês de março uma ala de esquerda do MDB, abandona sua idéia de criar uma frente popular e começa a negociar sua adesão à frente liderada por Lacerda. A Frente consistia na busca de uma alternativa política construída por fora da ordem legal e do quadro constitucional vigentes: por um lado, ela ignora a proscrição das lideranças afastadas pela revolução; por outro, ela ultrapassa as instituições representativas. A existência e o desenvolvimento da Frente contribuíram para aguçar a combatividade do movimento estudantil que já optara, com a campanha de voto nulo em 66, pelos métodos não convencionais de luta política. A fagulha que ateou fogo à floresta, foi a morte de um estudante universitário Edson Luís, em 28 de março, quando reivindicavam melhorias em um restaurante. Os estudantes constituíram a vanguarda do movimento de contestação que se manifestou na forma de greves (localizadas e nacionais),

comícios (organizados ou relâmpagos), passeatas (isoladas ou apoiadas pela população), enfim... a simpatia da população, a igreja, o MDB, a intelectualidade, rebeliões na França, tudo contribuía para que a agitação estudantil batesse as portas do mundo do trabalho. Em 22 de Abril eclodiria em Minas a primeira greve operária de grande porte desde 64, com a paralisação de cerca de 7.000 trabalhadores, em meados de julho seria vez de São Paulo parar com a famosa greve de Osasco.

Abria - se assim, a nova conjuntura que seria presidida pela luta armada. A guerrilha, no entanto não fora descoberta no ano de 69. Desde o princípio da década de 60 a ideia de reproduzir a Revolução Cubana havia conquistado adeptos por toda América Latina, assim sendo a chave para entender o momentâneo êxito da proposta de luta armada no Brasil, não deve ser buscada por méritos próprios – que eram poucos, aliás – mas na crise do movimento progressista derrotado em 64. As lideranças tradicionais perderam o pé. Sem mártires, sem heróis, sem vínculos orgânicos com a sociedade, não tinham meios sequer de se fazerem ouvidos. Quando a crise da sucessão e a posse de um novo general confirmam a imagem da usurpação que se auto-eterniza, a ideia de contestação tende a se tornar a principal fonte de sentido, de esperança e de mobilização. De fato, era dela que provinha o tipo de repúdio que se manifestava nas artes, nos palcos e nos festivais, assim como a extravagante insubordinação que aparecia nas escolas e nas greves.

O objetivo imediato seria o de transformar a crise política reinante em conflito militar generalizado, ou seja, em guerra civil. O AI-5 não visou a luta armada em particular, tratava-se de debelar a contestação difusa, domesticar vastos setores da sociedade e neutralizar áreas nevrálgicas da opinião pública. Com o AI-5, instaurou-se o controle absoluto. A repressão abateu-se sobre o país, atingindo pessoas e instituições.

O AI-5 assinalara o começo da mudança do regime. Em 69 foi editado o AI-6 que atingia diretamente o poder judiciário, alterando a composição do Supremo Tribunal Federal, retirando-lhes a competência para julgar, em grau de recurso, as decisões proferidas pela Justiça Militar no julgamento de civis. O fortalecimento autocrático do Estado prosseguiu com a Emenda Constitucional nº1 de Outubro de 69, impropriamente chamada de Constituição de 69. Com o aumento da repressão, as massas não aderiram à sublevação armada, surge em 69 o termo sistema. O esquema hierárquico implantado em 64 foi derrubado e substituído por uma divisão horizontal e (até certo ponto) funcional do poder. A nova estrutura desmonopolizava a função de direção política, entregando-a a uma espécie de colegiado. A junta, cuja presidência era exercida por rodízio entre os três ministros militares, foi a primeira materialização desse novo acordo. Em termos sócio-econômicos, o sistema significava garantia de inserção no Estado para todas as frações das classes dominantes, fosse qual fosse, positiva ou negativa, sua contribuição para o processo desenvolvimento nacional. O compromisso não excluía ninguém: ia do latifúndio às multinacionais, passando por todas as modalidades de exploração do homem pelo homem, desde as mais modernas, até as mais retrógradas, incluindo as que são contrárias aos interesses da produção. Custo seria pago mediante o arrocho salarial garantido pelo sindicalismo corporativista, a inflação e o endividamento interno e externo.

Um país forte, dinâmico, seguro, em paz consigo mesmo. Essa a fachada que o regime procurava exhibir, sobretudo para efeito de consumo interno. Nunca nesses anos, o país teve tão próximo da imagem ideal que dele fazia a extrema-direita. Médici dizia antes de assumir que em seu governo não haveria coação por motivos puramente políticos em

1970, e em junho de 1973, Médici anuncia o nome do general Ernesto Geisel como futuro presidente do país, pondo fim, oficialmente, ao processo sucessório mais fechado e aparentemente menos traumático dos quatro ocorridos na história do regime. Com Geisel, as regras formais, as disposições, escritas perdem muito de sua aura; na sua gestão, todo privilégio é concedido às normas efetivamente operativas no comportamento político dos atores, que devem aprender que devem aprender a se movimentar num campo onde predomina o tácito, o subentendido, o que está implícito em cada mensagem. Geisel nada promete: a normalidade institucional é uma aspiração do governo, que espera vê-la realizada no futuro. E é tudo. Certo da vitória Geisel investiu pesadamente nessas eleições, que deveriam desempenhar um papel crucial na efetivação de seu projeto: confirmado nas urnas o apoio popular a “obra da Revolução”, o ano seguinte seria dedicado à tarefa de institucionalização do regime, às esperadas reformas.

Por ambas as razões, os controles exercidos sobre a Mídia é relaxado, a propaganda eleitoral no rádio e na TV ganha em conteúdo, Que todos votem, participem, tenham oportunidade de formar com independência sua opinião. Essa autoconfiança ilimitada é que faz das eleições de 74 um fenômeno único, nesses 18 anos de autoritarismo. Munido de garantias mínimas, vendo abertos à sua mensagem os canais de comunicação com o eleitorado, o MDB faz um esforço de reciclagem e consegue estruturar uma campanha ágil e eficaz, pondo o acento nos temas econômicos e sociais, exaltados na consciência da população pelos números da crise econômica que se agravava. No início de dezembro, a se fiar na versão das “fontes bem informadas”, a resposta era positiva: para os “dirigentes mais responsáveis da ARENA”, assim como para o governo, a clara vitória do MDB reflete “uma manifestação popular dos anseios nacionais, que favorece a colaboração não só para evitar que se superponha à crise econômico-financeira a crise política, mas para que ambas as crises se resolvam praticamente”. Em março Geisel põe fim nos temores restantes brindando o MDB pela excelência de seu desempenho eleitoral, ao pronunciar na reabertura dos trabalhos do Congresso aquele que foi, provavelmente, o mais liberal de seus discursos como presidente. Com a vitória do MDB nas eleições de 15 de novembro, as tensões provocadas pela “linha dura” adquirem maior intensidade. Agora, não se trata apenas da ação repressiva autonomizada. O tom dos pronunciamentos se torna mais agressivo e mal se disfarça, as ameaças. Em 25 de outubro morre em função de torturas o jornalista Vladimir Herzog, comovendo assim a opinião pública, pois vitimava um cidadão de vida comum, dramatizando assim a insegurança a que todos se sujeitavam. Em 16 de janeiro de 1976 morre outro preso sob torturas no mesmo local. Desta feita as consequências serão outras, em ação rápida Geisel demite o comandante do II Exército substituindo-o por um oficial de sua inteira confiança. Menos de um mês após, o acerto dessa afirmação seria confirmado. Tomando como pretexto a negativa do MDB em provar sem emendas um projeto de reforma do judiciário, matéria que requeria maioria qualificada de 2/3, no dia 1 de abril Geisel decreta o recesso temporário do Congresso e, depois de reunir-se com seus assessores mais próximos nos dias subsequentes, edita no dia 14 um conjunto de disposições modificando o regime político vigente em várias de suas esferas. Composto de 14 emendas e artigos da Constituição de 1969, e três artigos novos, além de seis decretos-leis, o “pacote de abril” - como se tornou conhecido esse novo pacote - contemplava as seguintes medidas principais: eleições indiretas para escolha de governadores, com ampliação do colégio eleitoral: eleição de 1/3 do Senado por via indireta e instituição de sublegendas em número de três, na eleição direta dos restantes:

extensão às eleições estaduais e federais da legislação restringindo a propaganda eleitoral no rádio e TV; alteração no *quorum* para a votação de emendas constitucionais pelo congresso, de 2/3 dos membros para a maioria simples; alteração do colégio eleitoral que elege o presidente da República; ampliação de cinco para seis anos do mandato presidencial.

No espaço de poucos meses a conjuntura política sofrera uma guinada. No ano interior o governo havia cassado o mandato de inúmeros parlamentares, editado a lei Falcão que praticamente eliminava dos meios de comunicação de massa a propaganda eleitoral – e disputado com relativo grau de sucesso eleições para prefeituras e câmaras municipais. No final de 76 ainda repercutiam na memória as duras palavras de Geisel, que em discurso pronunciado em agosto de 1975 repudiara os “liberais ingênuos, ou mal intencionados”, supostamente preocupados com os rumos da distensão, quando a distensão verdadeiramente necessária o governo a vinha fazendo ao efetivar medidas de alcance social. Em agosto de 77 o quadro no ponto de vista de Geisel se apresentava de um lado com a direita militar buscando ofensivamente a candidatura de Frota, produzindo um discurso virulentamente anticomunista, dirigido quase exclusivamente para o público interno. E de outro lado, largas parcelas de opinião pública que o hostilizavam, levantando a bandeira da volta ao Estado de Direito e à convivência democrática. Em 1978 foi um ano de intensa atividade oposicionista. Logo de saída houve a dissidência do general Hugo Abreu, o inconformismo de setores da oficialidade média do Exército a Frente Nacional de redemocratização e a candidatura alternativa do general Euler Bentes Monteiro, rompendo por alguns momentos a imagem de coesão e unidade que a hierarquia das Forças Armadas tanto se empenhava em preservar. Também foi este o ano da luta pela anistia, da constituição no discurso público da figura do “preso político” (em contraposição à do “terrorista”, “preso de direito comum”, fórmulas estigmatizantes que o poder insistia em afirmar); da ampla difusão de informações sobre o mundo de exílio, os seus grandes e pequenos dramas, suas angústias e esperanças; do lento retorno dos cassados, banidos e exilados, os quais embora ausentes, voltavam a habitar as páginas do noticiário político. Foi igualmente um tempo de introspecção, de longas e cansativas discussões sobre propostas partidárias diversas. 1978 foi propriamente um ano oposicionista. Ao lado desse impulso que partia de baixo e de fora, conjugado a ele, houve a missão Portella e, sobretudo, a marcha triunfal da candidatura Figueiredo. Vale chamar a atenção: antes mesmo de vir à luz, a “abertura” começou a produzir efeitos e a render dividendos políticos consideráveis. É em nome da abertura que a quase totalidade da imprensa vai aderir ao candidato oficial, denunciando como aventura golpista a hipótese de resistência militar. É a promessa da abertura que aplaina o caminho para o realismo dos segmentos ditos liberais do empresariado que, fugindo a qualquer contato com Euler, vão a Figueiredo na qualidade de futuro presidente, expondo os seus pontos de vista, formulando suas demandas e propostas. Tomados de surpresa pelo movimento social emergente, receosos de um aprofundamento das dissensões nas Forças Armadas, trêmulos ante a ideia de que o processo de mudança pudesse fugir ao controle e conduzir à “desordem”, ao “imponderável”, os setores liberais que haviam fustigado o governo pouco tempo antes aplaudem o projeto de abertura, nele enxergando a saída possível e desejável para o impasse político em que se debatia o país.

Nesse contexto foram aprovadas as reformas propostas por Geisel, por exemplo, o fim da pena de morte, banimento e prisão perpétua; o restabelecimento do *habeas corpus*

para crimes políticos, ele preservava a Lei de Segurança Nacional – que em outubro seria alterada, sendo ampliada a sua abrangência e tornada menos custosa, politicamente, a sua aplicação; mantinha as dezenas de Atos Institucionais e Complementares, que perderiam apenas os dispositivos que “ contrariem a constituição”; não revogava o pacote de abril, nem a Lei Falcão, e ainda criava uma figura nova: o “Estado de Emergência”.